LINGUAGEM POLÍTICA E MEMÓRIA SOCIAL: PERMANÊNCIAS DA LINGUAGEM CÍVICA, NACIONALISTA E RELIGIOSA NA ESCOLA GETÚLIO VARGAS

Tatiane Malheiros Alves
Instituto Federal Baiano/IFBaiano/UESB, Guanambi, Bahia, Brasil
ORCID https://orcid.org/0000-0001-7695-4351
Endereço eletrônico:tatiane.alves@ifbaiano.edu.br

Palavras-chave: Memória social; escola; linguagem político-pedagógica; Estado Novo.

INTRODUÇÃO

A consolidação de regimes autoritários não depende exclusivamente da repressão ou do controle institucional do Estado. Sua permanência também se sustenta na produção de memórias coletivas capazes de naturalizar valores, fortalecer identidades políticas e conferir legitimidade a projetos de poder. Nesse processo, a escola assume papel estratégico ao difundir linguagens, símbolos e práticas que ultrapassam o tempo histórico dos governos e passam a integrar a cultura escolar.

Partindo da concepção de memória social de Halbwachs (2006) e da compreensão bakhtiniana da linguagem como espaço de produção de sentidos e ideologias (Bakhtin, 2006), este estudo analisa como a linguagem político-pedagógica contribuiu para a construção de uma memória nacionalista durante o Estado Novo. Nessa perspectiva, a escola é compreendida como aparelho de difusão ideológica (Althusser, 1985), responsável não apenas pela construção de conhecimentos, mas também pela produção de valores, representações e formas de pertencimento.

Este trabalho deriva da tese de doutorado *A Escola Getúlio Vargas em Guanambi: quadro social de referência da memória e da linguagem política*, defendida em 2019 no Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).

Apresenta-se, portanto, um recorte voltado à compreensão da linguagem como mecanismo de produção da memória política, tomando a Escola Getúlio Vargas, fundada em 1938, como objeto empírico de análise. O objetivo é investigar como discursos, símbolos e

práticas escolares contribuíram para transformar o nacionalismo, o civismo e a religiosidade em referências duradouras da memória coletiva. Embora centrada em uma instituição do interior baiano, a pesquisa evidencia mecanismos de produção da memória política que permitem compreender processos mais amplos da cultura escolar brasileira.

METODOLOGIA

A pesquisa fundamenta-se na abordagem qualitativa, articulando História da Educação, Memória Social e estudos da linguagem. O corpus foi constituído pela triangulação entre fontes documentais e orais, abrangendo atas, livros administrativos, fotografias, hinos, documentos comemorativos, registros escolares e entrevistas com ex-professoras e ex-alunos da Escola Getúlio Vargas que vivenciaram a instituição entre as décadas de 1950 e 1980. A análise buscou compreender de que modo a linguagem político-pedagógica produziu, legitimou e assegurou a constituição de determinadas memórias políticas no espaço escolar, tendo como referenciais Halbwachs (2006), Bakhtin (2006) e Althusser (1985).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O exame das fontes documentais e orais evidencia que a Escola Getúlio Vargas integrou um projeto mais amplo de construção da memória política durante o Estado Novo. A linguagem político-pedagógica identificada em atas, hinos, documentos administrativos, registros comemorativos e práticas escolares articulava nacionalismo, civismo e religiosidade em um mesmo repertório simbólico, orientado para a formação de valores considerados legítimos. Nesse contexto, a escola não se limitava a transmitir conhecimentos; participava da produção de representações sociais destinadas a conferir legitimidade ao projeto político vigente.

A recorrência de expressões associadas ao patriotismo, ao respeito às autoridades, à disciplina e à moral religiosa demonstra que essa linguagem ultrapassava a função administrativa dos documentos escolares. Ao reiterar continuamente determinados valores, ela produzia formas compartilhadas de compreender a nação, a cidadania e a ordem social. A religiosidade, nesse processo, não desempenhava apenas função moralizadora; atuava como elemento legitimador da autoridade e da hierarquia, reforçando princípios que se integravam ao projeto nacionalista difundido pela instituição. O nacionalismo, o civismo e a religiosidade

constituíam, portanto, dimensões complementares de uma mesma linguagem política.

Os resultados indicam, ainda, que esses referenciais permaneceram ativos para além do Estado Novo. A continuidade de rituais, discursos e práticas escolares durante a redemocratização e, posteriormente, no período da ditadura militar demonstra que as mudanças de regime não implicam, necessariamente, rupturas imediatas na cultura escolar. A processualidade desses elementos evidencia que determinados discursos permanecem socialmente significativos quando são incorporados às práticas institucionais e às experiências compartilhadas pelos sujeitos.

Sob essa perspectiva, a Escola Getúlio Vargas constituiu um quadro social de referência da memória e da linguagem política (Halbwachs, 2006), no qual linguagens, práticas e experiências coletivas organizaram formas compartilhadas de lembrar e interpretar o passado. Mais do que conservar registros históricos, a instituição produziu condições para que determinados valores fossem continuamente atualizados, apropriados e transmitidos entre diferentes gerações. A linguagem político-pedagógica deixa, assim, de ser compreendida apenas como instrumento de comunicação para assumir papel estruturante na constituição da memória coletiva.

As narrativas de ex-professoras e ex-alunos corroboram essa interpretação ao revelar que as lembranças mais recorrentes dizem respeito às solenidades cívicas, ao respeito à autoridade, às práticas disciplinares e à forte presença da moral religiosa no cotidiano escolar. Os depoimentos demonstram que a memória não permaneceu apenas porque os documentos foram preservados, mas porque esses referenciais foram incorporados às experiências vividas pelos sujeitos e continuamente reconstruídos nas relações sociais estabelecidas no interior da instituição.

A permanência de projetos políticos não depende exclusivamente da continuidade das estruturas estatais que lhes deram origem, ou seja, o espaço escolar atua como ambiente privilegiado de mediação entre linguagem e memória, convertendo discursos em referências compartilhadas e socialmente legitimadas. Ao evidenciar esse processo, a investigação amplia a compreensão das relações entre educação, memória e autoritarismo e sugere que a permanência de determinadas culturas políticas está diretamente relacionada à capacidade das instituições escolares de produzir e transmitir formas duradouras de significação.

CONCLUSÕES

A análise desenvolvida evidencia que a permanência de projetos autoritários não decorre apenas da continuidade das estruturas políticas que os sustentaram, mas da capacidade de determinadas instituições de transformar discursos em práticas, valores e memórias socialmente compartilhadas. Nesse processo, a Escola Getúlio Vargas constituiu um espaço de produção e circulação de uma linguagem político-pedagógica que contribuiu para converter nacionalismo, civismo e religiosidade em referências duradouras da cultura escolar.

Ao evidenciar esse processo, o estudo amplia o debate sobre as relações entre memória, educação e poder, demonstrando que a cultura escolar não apenas preserva heranças políticas, mas participa ativamente de sua atualização e ressignificação. Essa perspectiva contribui para compreender como determinadas formas de pensar a nação, a autoridade e a cidadania permanecem socialmente significativas muito além dos regimes que lhes deram origem.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2006.